



STATE GRID

SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.

CNPJ/MF nº 32.538.020/0001-07

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,
A **State Grid Serviços de Engenharia S.A. ("SGSE" ou "Companhia")** apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com os Relatórios dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2025.

1) A COMPANHIA

A State Grid Serviços de Engenharia S.A. é uma Companhia privada de capital fechado, constituída em 03 de dezembro de 2018 e está estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - sala 1303 (parte), Centro, Rio de Janeiro. A Companhia foi constituída com o propósito de prestação de serviços e gerenciamento das atividades de pré-operação, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, em todo o território nacional; execução de atividades nas áreas de infraestrutura, elétrica, eletrônica, mecânica, eletromecânica, de telecomunicações, construção, instalações e montagem, bem como demais serviços de engenharia, compreendidas dentre os diversos ramos do Sistema Interligado Nacional (tais como geração, transmissão e distribuição de energia elétrica; atividades de engenharia relacionadas a elaboração, revisão, adequação e gerenciamento de projetos; a realização de operações de locação relacionadas a veículos e equipamentos, quando tais operações estejam ligadas ao propósito social da Companhia; prestação de serviços de consultoria e serviços de construção civil. A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é subsidiária da Top View Grid Investment Limited com 0,01% de participação e da State Grid International Singapore Private Limited (SGISPL) com 99,99% de participação. A State Grid Corporation of China (SGCC), localizada em Pequim na República Popular da China, é a controladora final dessas empresas.

2) DESEMPENHO FINANCEIRO:

Os principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2025 e 2024 são:

	2025	2024
• Liquidez geral	12,74	14,15
• Liquidez corrente	12,74	14,15
• Relação patrimônio líquido/ativo	92,15%	92,93%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	47,66%	58,84%
• Relação lucro operacional/Patr. Líquido	45,66%	63,86%
Ativos totais - R\$	8.516.781	11.853.197
Lucro do exercício - R\$	3.740.148	6.480.901

3) GOVERNANÇA CORPORATIVA

Nos últimos anos, a Companhia vem implementando melhorias contínuas e segue evoluindo, adotando as melhores práticas de governança aprovadas e publicadas por instituições representativas, como o IBCG - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Estão sendo integrados, gradualmente, a nova estrutura aos processos da Companhia, visando avanços futuros ainda mais significativos. Em abril de 2024, foram criados o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, alterando a estrutura de governança, que passou a ser composta por: Conselho de Administração (CA) ou Board of Directors (BoD), Diretoria Executiva ou Board of Executive Officers (BoE) e Conselho Fiscal (CF). **3.1 Conselho de Administração:** O Conselho de Administração, também chamado de Board of Directors (BoD), tem a missão de preservar o valor da Companhia, otimizar o retorno sobre o investimento de seus acionistas e criar valor a longo prazo, visando à perpetuidade dos negócios da Companhia. Para isso, o BoD é responsável por tomar decisões estratégicas, definir diretrizes gerais e estabelecer as políticas de negócios da Companhia. Atualmente é composto por quatro (4) membros, nomeados pelos acionistas para mandatos de dois (2) anos, sendo permitida a reeleição. O BoD orienta os negócios em conformidade com os princípios de responsabilidade corporativa e ética previstos no Código de Ética e Conduta

Empresarial do Grupo SGBH e também se dedica à proteção do objeto social e do sistema de governança, garantindo a observância das políticas corporativas estabelecidas. Suas atribuições incluem a elaboração de um método de monitoramento e avaliação da Companhia e seus Órgãos de Administração, o qual se desdobra nos planos estratégicos e mapas de riscos de implementação pela Diretoria Executiva. Em sua rotina, monitora os riscos corporativos, acompanha os compromissos institucionais e supervisiona os contratos de concessão. **3.2 Diretoria Executiva:** A Diretoria Executiva ou Board of Executive Officers (BoE) é o principal órgão de gestão executiva da Companhia. Atualmente é composto por dois (2) membros, nomeados pelo BoD para mandatos de dois (2) anos, sendo permitida a reeleição. Sua missão é preservar e ampliar o valor da Companhia, assegurando a execução das estratégias definidas pelo BoD e a condução eficiente das operações diárias. O BoE também desempenha o papel de articulação com os demais agentes de governança, subsidiárias e empresas coligadas, fortalecendo a integração de toda a estrutura corporativa. Entre suas principais responsabilidades está a definição do planejamento estratégico da Companhia, subsidiado pela identificação de oportunidades de crescimento orgânico, inovação em novos negócios e aprofundamento de práticas ESG, com foco no desenvolvimento sustentável. **3.3 Conselho Fiscal (CF):** Na Companhia, o Conselho Fiscal (CF) é de funcionamento não permanente, podendo ser instalado mediante solicitação da acionista, na forma prevista na legislação aplicável.

4) GESTÃO DE RISCOS

Agimos de forma integrada para alcançar resultados eficientes e eficazes ao mesmo tempo que se preserva e promove a geração de valor. Nesse sentido, a gestão de riscos constitui um dos assuntos mais relevantes em nossa governança corporativa e permeia desde a avaliação de projetos até a operação e a manutenção de equipamentos, instalações e processos de trabalho. Dispomos de uma área dedicada, com a premissa de promover o gerenciamento de riscos em toda organização conforme exigentes padrões de qualidade e alinhado com as melhores práticas e frameworks globais, visando à sustentabilidade corporativa, segurança de colaboradores e a conservação do meio ambiente. Para isso, identificamos, avaliamos, tratamos e monitoramos os riscos relacionados à nossa estratégia corporativa bem como os fatores de riscos que permeiam nossas atividades e processos. A Matriz de Risco é constantemente atualizada e o Grupo SGBH monitora continuamente aqueles considerados mais impactantes no negócio da empresa ("Top Risks") e seus respectivos projetos, além de desenvolver o ambiente de controles internos dos riscos mapeados bem como a condução de trabalhos de auditoria interna que auxiliam na avaliação da efetividade destes controles e identificação de oportunidades de melhoria.

5) ÉTICA, TRANSPARÊNCIA E COMPLIANCE

Ética, transparência e compliance estão no centro das práticas de governança da Companhia e orientam suas decisões e o relacionamento com stakeholders. O Grupo SGBH atua de forma a assegurar que os princípios de integridade estejam incorporados de forma consistente nas práticas e rotinas da empresa. Nosso Código de Ética e Conduta Empresarial traz diretrizes claras de cumprimento das leis nacionais e internacionais, além de promover os valores institucionais de segurança, comprometimento, dedicação, profissionalismo, comunicação e aprimoramento contínuo. O Código apresenta exemplos práticos de condutas esperadas, funcionando como um guia acessível a todos. Para garantir sua aplicação, oferecemos treinamentos on-line com avaliação de conhecimento e exigimos que todos os colaboradores, ao ingressarem no Grupo SGBH, assinem formalmente o compromisso de aderir aos seus princípios. Disponível aos públicos internos e externos, o Canal de Ética funciona de forma segura, anônima e independente para o registro de denúncias. As comunicações recebidas são

analisadas e tratadas conforme procedimentos internos, sob a coordenação da área de Compliance e Privacidade, sendo os resultados das apurações submetidos à apreciação do Comitê de Compliance & Ética, responsável por deliberar sobre as conclusões e recomendar as medidas cabíveis, quando aplicável. Promovemos comunicações e treinamentos sobre políticas e procedimentos de combate à corrupção, atingindo todos os colaboradores. Os cursos fazem parte do processo de admissão de novos funcionários e, foi lançado um curso de Reciclagem em Compliance, de realização anual, com o objetivo de reforçar periodicamente os conteúdos, atualizar diretrizes e fortalecer a cultura de integridade na Companhia. Para parceiros de negócios, utilizamos um vídeo instrucional e o Código de Ética voltado aos fornecedores, disponíveis em nosso website. Em 2025, não foram identificados casos de corrupção relacionados ao Grupo SGBH, e nenhuma penalidade ou medida disciplinar relacionada a esse tema foi aplicada.

6) RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL

O Grupo SGBH vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Em 2025, o Grupo SGBH investiu em iniciativas de educação ambiental e comunicação com comunidades, além do monitoramento de áreas ambientalmente relevantes. Nossas ações são orientadas pelos órgãos ambientais competentes do licenciamento ambiental de cada projeto, com o objetivo de evitar, mitigar e compensar possíveis efeitos negativos sobre o meio ambiente e as populações locais, bem como potencializar os efeitos positivos. As condicionantes incluem o monitoramento ambiental dos ativos, monitoramento de fauna e flora, ocorrência de processos erosivos e ações de conscientização, além do reflorestamento e a gestão de resíduos e efluentes.

7) SERVIÇOS DE AUDITORIA EXTERNA

Em 2026 a companhia teve como auditor Independente exclusivo a Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda. ("EY Brasil"). O primeiro contrato com a Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda. ("EY Brasil") foi assinado em 05 de dezembro de 2025 com vigência efetiva até o fim de cada ciclo de auditoria 2026 sendo a renovação avaliada ao fim deste ciclo. Em cumprimento à revisão da NBC PA 400 alterada pela Revisão da NBC 17, informamos que no último exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, os auditores independentes da Companhia exerceram tão e somente serviços contratados de auditoria contábil externa e não receberam quaisquer outros valores a título de prestação de outros serviços. Demonstramos no quadro abaixo a remuneração (honorários e serviços) relacionada aos serviços de auditoria externa:

Remuneração Relacionada aos Serviços de auditoria Externa Auditor Independente	2025
Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda. ("EY Brasil")	25.407
Total	25.407

A companhia tem como prática alguns procedimentos que visam evitar o conflito de interesse ou a perda de independência e objetividade por parte dos referidos auditores externos independentes.

8) AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 18 de março de 2026

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024		Nota	31/12/2025	31/12/2024
Ativo				Passivo			
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.795.599	4.314.039	Fornecedores terceiros	8	36.208	90.853
Títulos e valores mobiliários	7	6.185.405	6.002.772	Fornecedores partes relacionadas	18.2	33.197	11.968
Impostos a recuperar		69.020	23.496	Obrigações sociais e trabalhistas	9	267.425	539.423
Contas a receber		149.589	142.639	Imposto de renda e contribuição social a pagar	10	201.685	86.646
Contas a receber - partes relacionadas	18.1	242.611	1.359.961	Outros impostos a pagar	10	92.708	44.265
Adiantamento a fornecedores		20.693	10.290	Dividendos	12.d/18.2	37.401	64.809
Outros ativos circulantes		53.864	-	Total passivo circulante		668.624	837.964
Total ativo circulante		8.516.781	11.853.197	Patrimônio líquido	12		
Total do ativo		8.516.781	11.853.197	Capital social	12.a	1.001.000	1.001.000
				Reserva legal	12.b	200.200	200.200
				Reserva de retenção de lucros	12.c	6.646.957	9.814.033
				Total patrimônio líquido		7.848.157	11.015.233
				Total do passivo e do patrimônio líquido		8.516.781	11.853.197

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

	Reserva de lucros			Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.001.000	200.200	9.708.404	-	10.909.604
Lucro líquido do exercício	-	-	-	6.480.901	6.480.901
Dividendos mínimos obrigatórios (nota explicativa 12.d)	-	-	-	(64.809)	(64.809)
Constituição de reserva de retenção de lucros (nota explicativa 12.c)	-	-	6.416.092	(6.416.092)	-
Dividendos adicionais (nota explicativa 12.d)	-	-	(6.310.463)	-	(6.310.463)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.001.000	200.200	9.814.033	-	11.015.233
Lucro líquido do exercício	-	-	-	3.740.148	3.740.148
Dividendos propostos (nota explicativa 12.d)	-	-	-	(37.401)	(37.401)
Constituição de reserva de retenção de lucros (nota explicativa 12.c)	-	-	3.702.747	(3.702.747)	-
Dividendos adicionais (nota explicativa 12.d)	-	-	(6.869.823)	-	(6.869.823)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.001.000	200.200	6.646.957	-	7.848.157

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A State Grid Serviços de Engenharia S.A. ("SGSE" ou "Companhia") é uma Companhia privada de capital fechado, constituída em 03 de dezembro de 2018 e está estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - sala 1303 (parte), Centro, Rio de Janeiro. A Companhia foi constituída com o propósito de prestação de serviços e gerenciamento das atividades de pré-operação, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, em todo o território nacional; execução de atividades nas áreas de infraestrutura, elétrica, eletrônica, mecânica, eletromecânica, de telecomunicações, construção, instalações e montagem, bem como demais serviços de engenharia, compreendidas dentre os diversos ramos do Sistema Interligado Nacional (tais como geração, transmissão e distribuição de energia elétrica); atividades de engenharia relacionadas a elaboração, revisão, adequação e gerenciamento de projetos; a realização de operações de locação relacionadas a veículos e equipamentos, quando tais operações estejam ligadas ao propósito social da Companhia; prestação de serviços de consultoria e serviços de construção civil. A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é subsidiária da Top View Grid Investment Limited com 0,01% de participação e da State Grid International Singapore Private Limited (SGISPL) com 99,99% de participação. A State Grid Corporation of China (SGCC), localizada em Pequim na República Popular da China, é a controladora final dessas empresas.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. As demonstrações financeiras foram autorizadas pela Administração em 18 de março de 2026. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. **2.3 Classificação circulante e não circulante:** Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa. Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

Para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras, as práticas contábeis são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações.

4. ESTIMATIVAS CONTÁBEIS E JULGAMENTOS RELEVANTES

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas

contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos contratuais de concessão pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperada, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e impostos diferidos. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. **4.1 Provisão para contingências:** Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

5. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO VIGENTES

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor: **(a) CPC 51 - Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** O CPC 51 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais. • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de resultado, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. • As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de resultado da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMS. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outros". **(b) Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade:** Para os períodos anuais de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2025, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos CPC 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. Esta mudança específica como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade. As alterações também exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender como a falta de convertibilidade de uma moeda em outra afeta, ou se espera que afete,

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receita de prestação de serviços		5.142.151	10.606.223
Deduções da receita		(440.140)	(737.628)
Receita operacional líquida	13	4.702.011	9.868.595
Custo da operação	14	(728.451)	(2.465.342)
Lucro bruto		3.973.560	7.403.253
Despesas gerais e administrativas	15	(464.753)	(368.916)
Outras receitas/despesas operacionais líquidas		74.670	-
Lucro antes do resultado financeiro		3.583.477	7.034.337
Resultado financeiro	16	1.062.100	1.031.199
Receita financeira		1.082.441	1.043.124
Despesa financeira		(20.341)	(11.925)
Resultado antes dos impostos		4.645.577	8.065.536
Imposto de renda e contribuição social correntes	17	(905.429)	(1.584.635)
Lucro líquido do exercício		3.740.148	6.480.901

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	3.740.148	6.480.901
Resultados abrangentes	-	-
Total de resultados abrangentes	3.740.148	6.480.901

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado do exercício antes dos impostos		4.645.577	8.065.536
Itens de resultado que não afetam o caixa			
Rendimento títulos e valores mobiliários		(441.765)	(2.772)
Aumento/(redução) nos ativos			
Contas a receber		(6.950)	(6.383)
Contas a receber - partes relacionadas		1.117.350	(181.253)
Outros impostos a recuperar		(45.524)	(465)
Adiantamento a fornecedores		(10.403)	1.153
Outros ativos		(53.864)	2.013
Aumento/(redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores - terceiros		(54.645)	61.781
Fornecedores - partes relacionadas		21.229	7.725
Imposto de renda e contribuição social a pagar		(338.617)	(495.402)
Outros impostos a pagar		48.443	(27.156)
Obrigações sociais e trabalhista		(271.998)	138.141
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais		4.608.833	7.562.918
Imposto de renda e contribuição social pagos		(451.773)	(1.193.166)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		4.157.060	6.369.752
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aplicação títulos e valores mobiliários		(8.000.000)	(6.000.000)
Resgate títulos e valores mobiliários		8.259.132	-
Fluxo de caixa aplicados nas atividades de investimento		259.132	(6.000.000)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Dividendos pagos	12.d	(6.934.632)	(6.408.434)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(6.934.632)	(6.408.434)
Aumento/(Redução) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa		(2.518.440)	(6.038.682)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		4.314.039	10.352.721
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		1.795.599	4.314.039

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade. As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras do Grupo. **(c) Outras normas contábeis:** Não se espera que as seguintes normas novas ou alteradas, requeridas a partir de 2026, tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras que serão: • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações CPC 48 e CPC 40). • IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações.



STATE GRID

SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.

CNPJ/MF nº 32.538.020/0001-07

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

convertibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/2025	31/12/2024
Aplicação Banco BTG - CDB (i)	6.185.405	6.002.772
Total	6.185.405	6.002.772

(i) Com o objetivo de otimizar o caixa disponível durante o ano de 2025, efetuamos transferências dos recursos do caixa de curto prazo para uma aplicação financeira em CDB com 90 dias de prazo (TVM) e com uma taxa mais atrativa junto ao Banco BTG. A empresa obteve uma remuneração média de 101,50% do CDI em 2024 e de 102,04% do CDI em 2025. **7.1 Política contábil:** Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação e a capacidade financeira da companhia, conforme previsto no CPC 48 - Instrumentos Financeiros, tais instrumentos foram contratados para gestão de disponibilidade de caixa, sendo estes aplicados em títulos com vencimentos de curto prazo.

8. FORNECEDORES - TERCEIROS

	31/12/2025	31/12/2024
Prestadores de serviços	36.208	22.810
Outros (i)	—	68.043
Total	36.208	90.853

(i) Variação refere-se à provisão de benefícios pagos no exercício de 2025

9. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	31/12/2025	31/12/2024
Férias	113.982	207.494
IRRF funcionários	21.717	37.136
Bônus (i)	131.726	294.793
Total	267.425	539.423

(i) O Programa de Bônus é uma ferramenta de gestão e um plano motivacional que dá aos funcionários a oportunidade de receber o reconhecimento da empresa por suas conquistas. O bônus de um funcionário é medido com base nos resultados do KPI (Key Performance Indicators Program) e do PAP (Performance Assessment Program). A variação refere-se a atualização de métrica na provisão de bônus adequando-se ao histórico de pagamento e considerando os targets dos KPIs para fins de cálculo de bonificação dos últimos anos.

10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A PAGAR

Imposto de renda e contribuição social a pagar

	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ a pagar (i)	138.849	53.618
CSLL a pagar (i)	62.836	33.028
Total	201.685	86.646
Outros impostos a pagar	31/12/2025	31/12/2024
INSS empregado	20.507	31.010
FGTS a pagar	7.634	9.916
ISS a pagar	7.258	2.621
PIS e COFINS a pagar	6.145	—
ICMS a pagar (ii)	51.142	—
Outros	22	718
Total	92.708	44.265

(i) A variação refere-se ao aumento do serviço de operação e manutenção no 4º trimestre de 2025. (ii) Variação refere-se ao ICMS do transporte de mercadorias para a Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

11. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, cíveis, trabalhistas e outros assuntos. Não há ações movidas contra a Companhia com prognóstico de perda classificadas como "provável" e que se referem a uma obrigação presente resultante de um evento passado que gere a necessidade de um desembolso de caixa futuro e, por conseguinte, constituição de provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários, portanto, não havendo necessidade de divulgação conforme os requerimentos do CPC 25. **Contingências possíveis (não provisionadas):** As causas classificadas com expectativa de perda considerada possível estão relacionadas a riscos trabalhistas, conforme segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhistas (i)	73.072	—
Total	73.072	—

(i) **Trabalhistas:** A variação de valor é referente ao ajuizamento de nova ação sob o nº 1001526-25.2025.5.02.0067, movida por ex-empregado contratado por empresa terceirizada e que prestou serviços à Companhia, em que ele requereu o pagamento de suas verbas trabalhistas, além da responsabilidade subsidiária da SGSE, no valor de R\$ 73.072 em 31/12/2025. **11.1 Política contábil:** A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas que se originam de obrigações presentes resultantes de eventos passados que irão gerar desembolso de caixa futuro. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social: Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$1.001.000 dividido em 1.001.000 ações ordinárias e nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$ 1 cada.

	2025 e 2024
State Grid Brazil Holding S.A.	100%
Total	100%

b. Reserva legal: A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. No exercício de 2024, não foi constituída reserva legal pois a Companhia já tinha atingido o limite de constituição.

c. Reserva de retenção de lucros: Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia destinou para a conta de reserva de retenção de lucros, os lucros excedentes não distribuídos após o cálculo da reserva legal e distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, ficando disponível o montante de R\$ 6.646.957 e R\$ 9.814.033 respectivamente, na forma de retenção de lucros para pagamentos futuros conforme determinação dos Acionistas de acordo com proposta de orçamento de Capital aprovada. Nos termos do art. 199 da Lei nº 6.404/1976 (Lei das S.A.), o saldo das reservas de lucros não poderá exceder o capital social. Atingido esse limite, a Assembleia Geral deverá deliberar sobre a aplicação do excesso na integralização ou aumento do capital social, ou ainda na distribuição de dividendos. Nesse contexto, caso esse limite venha a ser atingido, a Administração avaliará as alternativas previstas na legislação e adotará as medidas cabíveis para destinação do eventual excesso, em conformidade com a Lei das S.A. Na data-base destas demonstrações financeiras, a Companhia não apresenta excesso de reservas de lucros em relação ao capital social. **d. Dividendos:** Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	3.740.148	6.480.901
Reserva legal (5%)	—	—
Base de cálculo para os dividendos	3.740.148	6.480.901
Dividendo mínimo obrigatório	37.401	64.809

Foram efetuadas as aprovações de pagamento de dividendos adicionais e mínimos obrigatórios que foram pagos ao longo de 2025 e 2024 conforme demonstrado abaixo:

Ata	Data aprovação	Pagamento em 2025	Pagamento em 2024
AGO	04/04/2024	—	6.408.434
AGOE	15/04/2025	6.934.632	—
Total		6.934.632	6.408.434

13. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional bruta (i)	5.142.151	10.606.223
Renda da prestação de serviços	5.142.151	10.606.223
Deduções da receita operacional	(440.140)	(737.628)
PIS corrente	(33.424)	(68.940)
COFINS corrente	(154.265)	(318.187)
ISS	(252.451)	(350.501)
Receita Operacional Líquida	4.702.011	9.868.595

(i) A redução da receita é decorrente do encerramento do contrato de prestação de serviços de engenharia com a SMTE referente aos projetos de engenharia. **13.1 Política contábil: Receita operacional:** O reconhecimento da receita de prestação de serviços de engenharia ocorre mensalmente conforme ocorre o avanço das prestações de serviços que são mensurados através dos boletins de medição aprovados entre o cliente e a SGSE respeitando o regime contábil de competência. **Impostos sobre serviços prestados:** As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 0,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 3%. Esses impostos são apresentados na Demonstração de Resultado (DRE) como reductor da Receita Bruta da Atividade.

14. CUSTO DE OPERAÇÃO

	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal (i)	(727.494)	(2.302.595)
Serviços de terceiros	—	(162.747)
Gastos diversos serviços de O&M	(957)	—
Total	(728.451)	(2.465.342)

(i) A variação decorre, principalmente, de dois fatores: redução do headcount na SGSE neste período e mudança do perfil de senioridade destas mesmas posições.

15. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2025	31/12/2024
Serviços de terceiros	(93.114)	(190.585)
Pessoal	(162.694)	(18.565)
Tributos	(2.262)	(7.673)
Materiais	(136.140)	(1.001)
Arrendamentos e alugueis	(53.710)	(66.456)
Seguros	—	(18.273)
Despesas de viagens	(11.440)	(55.360)
Gastos diversos	(393)	(16.003)
Total	(464.753)	(368.916)

16. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2025	31/12/2024
Receita financeira	1.082.441	1.043.124
Receitas de aplicações financeiras (i)	1.082.441	1.042.624
Outras receitas financeiras	—	500
Despesa financeira	(20.341)	(11.925)
Multas e acréscimos moratórios	(3.434)	(90)
IOF sobre aplicação financeira (i)	(16.907)	(3.044)
Outras despesas financeiras	—	(8.791)
Resultado financeiro	1.062.100	1.031.199

(i) Variação refere-se à renda e IOF de valores aplicados no exercício de 2025 referentes à sobra de caixa conforme nota explicativa 6.

17. CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (LUCRO PRESUMIDO)

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas brutas	5.374.616	10.606.223
Base de cálculo (32%)	1.719.877	3.393.991
Outras receitas	1.013.737	1.337.287
Base de cálculo	2.733.614	4.731.278
IR devido	(659.404)	(1.158.820)
Total de IRPJ	(659.404)	(1.158.820)
Receitas brutas (i)	5.374.616	10.606.223
Base de cálculo (32%)	1.719.877	3.393.991
Outras receitas	1.013.737	1.337.287
Base de cálculo	2.733.614	4.731.278
CSLL devida	(246.025)	(425.815)
Total de CSLL	(246.025)	(425.815)
Total de IRPJ/CSLL	(905.429)	(1.584.635)

17.1 Política contábil: Imposto de renda e contribuição social - Correntes: A tributação do imposto de renda e contribuição social é feita tendo como base o lucro presumido da receita. Dessa forma, a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é determinada mediante a aplicação da alíquota de presunção sobre a Receita Bruta, sendo 32% para IRPJ e 32% para CSLL, acrescida das demais receitas. Após a formação da base de cálculo, é aplicada a alíquota do IRPJ de 15%, e para a parcela da base que exceder R\$ 60.000 no trimestre terá a aplicação de 10% de adicional. Para a contribuição social a alíquota aplicada sobre a base de cálculo é de 9%.

18. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 na Companhia decorrem de transações de empresas do Grupo, os quais:

	31/12/2025	31/12/2024
18.1 Ativo	31/12/2025	31/12/2024
Contas a receber - partes relacionadas	242.611	1.359.961
Serra da Mesa Transmissora de Energia (i)	13.958	1.327.080
Xingu Transmissora de Energia	6.281	32.881
Araraquara Transmissora de Energia	2.188	—
Atlântico Transmissora de Energia	2.000	—
Canarana Transmissora de Energia	13.958	—
Catxerê Transmissora de Energia	4.188	—
Expansion Transmissão de Energia Elétrica	20.938	—
Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo	4.188	—
Itumbiara Transmissora de Energia	20.938	—
Linhas de Transmissão de Montes Claros	4.188	—
Linhas de Transmissão do Itaitim	4.188	—
Marechal Rondon Transmissora de Energia	2.094	—
Poços de Caldas Transmissora de Energia	4.188	—
Porto Primavera Transmissora de Energia	13.953	—
Serra Paracatu Transmissora de Energia	4.188	—
Luziânia Transmissora de Energia	109.439	—
Silvânia Transmissora de Energia	4.188	—
MRTE - Despesas com pessoal	7.548	—
18.2 Passivo	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores - partes relacionadas	33.197	11.968
SGBH - Aluguel (ii)	13.432	8.485
ETEE - Despesas com pessoal	2.072	3.483
PRTE - Despesas com Impostos	6.008	—
RPTe - Despesas com Pessoal	4.007	—
XRTE - Despesas com Pessoal	3.108	—
SGBH - Despesas com Impostos	4.570	—
Dividendos a Pagar - SGBH	37.401	64.809
18.3 Resultado	31/12/2025	31/12/2024
Resultado - partes relacionadas	3.287.108	8.837.271
Aluguel (ii)	(53.023)	(50.911)
Serviços de engenharia e gerenciamento/ consultoria de P&D (iii)	3.340.134	8.888.182

(i) Referente à medição de serviços de engenharia prestados relacionados aos projetos Paracatu 7º Bay e Paracatu 3º Banco de transferência que o contrato foi concluído em 2025. (ii) Saldo referem-se a despesas de aluguel junto à SGBH. A SGBH detém o direito sobre o prédio o qual opera e faz o rateio do aluguel para as subsidiárias, situadas no mesmo prédio. (iii) Valores no resultado referem-se à prestação de serviços técnicos profissionais de engenharia do proprietário, fiscalização e comissionamento para projetos, estudos relacionados a acesso de terceiros em subestações de energia, assim como serviços de consultoria e gerenciamento de projeto especializado em P&D. A variação de 2025 em relação a 2024 se refere à conclusão de projetos de engenharia ao longo do ano tendo destaque os firmados entre a Serra da Mesa Transmissora de Energia e a Companhia. **18.4 Política contábil:** Transação com parte relacionada é a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre uma entidade que reporta a informação e uma parte relacionada, independentemente de ser cobrado um preço em contrapartida. Remuneração inclui todos os benefícios a empregados e administradores (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 33 - Benefícios a Empregados), inclusive os benefícios dentro do alcance do Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações. Os benefícios a empregados são todas as formas de contrapartida paga, a pagar, ou proporcionada pela entidade, ou em nome dela, em troca de serviços que lhes são prestados. Também inclui a contrapartida paga em nome da controladora da entidade em relação à entidade. Com o objetivo de garantir a transparência e melhores condições contratuais a entidade efetua processos de cotação com diversos fornecedores e caso seja mais vantajoso contrata as empresas do grupo para prestação de serviços. Para firmar contratos de mútuo entre as partes relacionadas a ANEEL requer que seja apresentado um benchmark de cotações de mercado em condições similares de modo a comprovar que as condições pleiteadas não irão onerar financeiramente a Companhia tomadora Para maiores informações sobre a segregação entre curto e longo prazo dos títulos em aberto com partes relacionadas, vide nota explicativa 2.3.

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e

liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria. O valor justo dos instrumentos financeiros relacionados no item 19.1, não difere de forma relevante dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justos dos instrumentos financeiros. Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). Todos os instrumentos financeiros (mensurados ao valor justo, exceto os saldos de caixa e bancos) da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2. Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

19.1 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.795.599	4.314.039
Títulos e valores mobiliários	7	6.185.405	6.002.772

Ativos mensurados pelo custo amortizado

Nota	31/12/2025	31/12/2024	
Contas a receber	149.589	142.639	
Contas a receber - partes relacionadas	18.1	242.611	
Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores - terceiros	8	36.208	90.853
Fornecedores partes relacionadas	18.2	33.197	11.968

19.2 Gestão de risco:

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são: **a. Riscos de mercado:** A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos. **b. Riscos de taxa de juros:** Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. A Companhia não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro com taxa de juros pré-fixada pelo valor justo por meio do resultado, e não designa derivativos (swaps de taxa de juros) como instrumento de hedge usando o modelo de contabilidade de hedge de valor justo, portanto até o momento a Companhia não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros, não impactando o resultado no final do período.

Efeito em Reais

	31/12/2025	31/12/2024
Ativos Financeiros		
Caixa e equivalente	1.795.599	4.314.039
Contas a receber	149.589	142.639
Contas a receber - partes relacionadas	242.611	1.359.961
Fornecedores - terceiros	36.208	90.853
Fornecedores - partes relacionadas	33.197	11.968

c. Riscos cambiais:



STATE GRID

SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.

CNPJ/MF nº 32.538.020/0001-07

★ continuação

DIRETORIA

Cui Dawei
Diretor

Ricardo Félix
Diretor

Mariana de Oliveira Barbosa
Contadora - CRC RJ - 103573/O-8

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas, Diretores e Administradores da State Grid Serviços de Engenharia S.A. Rio de Janeiro - RJ

Introdução: Examinamos as demonstrações contábeis da State Grid Serviços de Engenharia S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Outros assuntos:** Auditoria dos valores correspondentes: As demonstrações contábeis da Companhia para o

exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório datado de 31 de março de 2025, sem modificação. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 18 de março de 2026



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F
Glaucio Dutra da Silva
Contador CRC RJ-090174/O

